

# Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro\*

de Bianca Santana

## Recebendo o bastão de Sueli Carneiro

Receiving the baton of Sueli Carneiro

por Ana Paula Pires Lourenço\*\*

A biografia de Sueli Carneiro, organizada pela jovem talentosa escritora e feminista negra Bianca Santana, é um convite ao compromisso com a luta das mulheres negras, que não pode ser dissociada do combate ao racismo nem da busca por uma sociedade livre da exploração capitalista de classe. A dedicatória às “jovens negras dispostas a pegar o bastão oferecido por Sueli Carneiro” soou como um chamado. Tive a sensação, aliás, a certeza de que aquelas palavras eram para mim. E como poderia ser diferente?

Sou uma jovem mulher negra fascinada com as (e inspirada pelas) histórias de minhas mães velhas, que a história oficial sistematicamente tentou (e tenta) invisibilizar. Na infância e na adolescência, conheci apenas uma professora negra, alvo constante das reclamações dos pais de estudantes, majoritariamente brancos. Na universidade, não tem sido muito diferente, pois quase inexistem docentes negras no meu ambiente acadêmico, assim como as propostas de leituras de autoras negras são quase uma raridade. As “mulheres negras estão ausentes como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, cujas formulações teóricas são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração na sociedade brasileira, do período colonial aos dias atuais” (Gonçalves, 2021, p. 75).

---

\* São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

\*\* Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares e do Projeto Intelectuais Negras Brasileiras. End. eletrônico: [applourenco@unifesp.br](mailto:applourenco@unifesp.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0887-0209>

Neste cenário turvo e engessado da produção de conhecimento, ler sobre a vida de Sueli Carneiro é como receber um raio de sol, que não apenas irradia luz, mas também molda, com menos rigidez, novas ferramentas para analisar e, sobretudo, transformar a realidade. *Continuo Preta* é um registro historiográfico dos passos firmes dados pelo movimento negro e pelo movimento de mulheres negras (em diálogo, ainda que tenso, com o feminismo hegemônico). O livro é também um instrumento de ação, exatamente na medida em que me coloca em contato com as práticas de resistências das mulheres negras que vieram antes de mim. São as minhas mais velhas, que passaram à condição de ancestrais ou que estão entre nós irradiando uma sabedoria igualmente ancestral, isto é, transmitida pelas gerações anteriores. Sueli Carneiro é a mais digna representante desta rara categoria de mulheres ancestrais.

Bianca Santana é a anfitriã que acolhe e conduz pelos caminhos trilhados por Sueli Carneiro. Com roteiro bem definido e cronologicamente organizado, o traço biográfico se estrutura em quatro partes ou lugares a serem visitados. A primeira visita intitula-se “Escavação” e consiste fundamentalmente no retorno à sua origem proletária (da Vila Bonilha à dureza dos dias marcados pela violência do racismo na escola).

Filha da classe trabalhadora, Aparecida Sueli Carneiro, nasceu no dia 24 de junho de 1950 na Vila Bonilha, região da Lapa, na capital do estado de São Paulo. É a primogênita dentre os sete filhos do senhor Horácio, um ferroviário negro semianalfabeto, e da dona Eva, uma costureira negra (p. 17). Cresceu vendo a exploração e a submissão de corpos femininos negros, tendo dentro da sua casa o exemplo de sua própria mãe, pois o pai não permitia que a esposa trabalhasse fora de casa. Dona Eva teve de abandonar a costura para se dedicar ao marido e ao lar, assumindo integralmente sozinha os afazeres domésticos (p. 36). O exemplo machista que teve com o pai e os conselhos que recebeu da mãe despertaram em Sueli percepções que a acompanham até hoje, além do assunto ser objeto constante de suas análises.

O choque despertado pela dominação patriarcal e o incentivo de sua mãe a fizeram perceber a necessidade de estudar para ter uma profissão e não depender de marido algum. O mesmo ocorreu em relação ao racismo, que a levou a aprender a se defender sozinha, o que lhe rendeu o estigma de briguenta desde muito cedo (p. 43).

Sueli Carneiro, diferentemente da maioria das crianças negras de sua geração, teve a oportunidade de ser alfabetizada por sua mãe, que tinha muito apreço pela leitura. Após a conclusão do ensino regular, ingressou em 1971 no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, ano em que também prestou concurso público para auxiliar de escritório na Secretaria da Fazenda. Formou-se em 1980 e prosseguiu para o mestrado na mesma área. A oportunidade que teve de entrar em contato com filósofos africanos, desconhecidos pelo povo negro e ocultados no ambiente acadêmico, a levou a refletir sobre a estrutura racista da academia e a

elitização dos intelectuais brancos, majoritadamente homens, que também não privilegia estudos advindos de pessoas negras<sup>1</sup>.

A segunda parte do livro recebeu o título de “Movimento”. Sueli Carneiro se move por lugares pouco frequentados por mulheres negras: da Universidade de São Paulo ao movimento feminista, passando pelo movimento negro e pela admiração por Lélia Gonzalez. Movimento aqui toma a forma de zigue-zague, de vaivém que vai (trans)formando a autora.

Sua vida amorosa foi marcada pela tensão racial. Na festa de aniversário de um grande amigo, em 1971, conheceu Maurice Jacoel. Hesitou em aceitar o convite para uma dança e foi direta: “Não gosto de branco”; ao que o persistente rapaz respondeu que também não gostava (p. 66). Após uma, duas, três danças, para a surpresa de Sueli, o rapaz começou a falar sobre cultura negra e, em especial, sobre o candomblé. Começaram a namorar. Porém, “todo o lirismo e encantamento que acometem os casais em início de idílio foram abalados pela repercussão negativa que o relacionamento causou na família” (Borges, 2009, p. 41). Aquela escolha representava um tabu na família de Sueli. A casa veio abaixo. Houve uma furiosa decepção coletiva: a mãe dela entrou em pânico; o pai a repreendeu de forma estrondosa; os irmãos seguiram o mesmo descontentamento. Apesar de se sentir culpada, Sueli decidiu reagir e defender sua liberdade e autonomia. Sua família havia extrapolado todas as fronteiras possíveis e ela não podia permitir que decidissem em seu lugar sobre com quem se casaria. Com relação à família judia de Maurice, a situação não foi menos difícil, afinal a noiva não era judia e ainda era preta!

[Os pais] evocaram todos os argumentos raciais e religiosos de que dispunham para convencer o filho de que o casamento jamais daria certo. Como eles acreditavam firmemente que era uma instituição para o resto da vida, sugeriram que, em vez de casar no papel, os jovens morassem juntos, assim já iam vendo se era isso mesmo que queriam (p. 72).

Logo perceberam que a relação do filho com Sueli era irreversível. O casamento foi marcado por simbolismos, era praticamente um ato de rebeldia contra o racismo. Eram os aos de chumbo e o apartamento em que foram morar no centro de São Paulo acolhia muita gente, inclusive quem precisava se esconder dos militares. Hospedaram um casal de amigos que vivia na clandestinidade desde 1969. Como Sueli e Maurice não faziam parte de organização política alguma, “abrigar o casal em situação temerária era um modo de colaborar com a resistência” (p. 77). O que também não passou despercebido pelo Departamento de Ordem e Política Social.

---

<sup>1</sup> Esta percepção a conduziu a defender uma tese de doutorado sobre o epistemicídio, intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Ver Carneiro (2005).

As encruzilhadas do racismo, da violência patriarcal e da exploração capitalista de classe conduzem Sueli Carneiro ao universo de lutas no final dos anos de 1970, quando nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo era anunciado o surgimento do Movimento Negro Unificado. Em maio de 1978, houve uma grande comoção em São Paulo, após o assassinato de um trabalhador negro que, “acusado de roubar frutas em uma feira, foi preso no Distrito Policial de Guaianazes e recebeu tanta tortura que morreu” (p. 95). Este e outros tantos episódios de violência, levaram um grupo de pessoas, que até então estavam fazendo discussões isoladas quanto à questão racial, a organizar uma manifestação contra aquele e inúmeros outros crimes oriundos do racismo. Em 18 junho de 1978, esse grupo, somado a aproximadamente duas mil pessoas, se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Sueli esteve presente. O ato foi um marco de surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e marcou “uma virada de paradigmas no movimento negro brasileiro, uma inflexão poderosa na discussão de raça e classe” (p. 96).

Diferentemente de outras/os intelectuais negras/os, Sueli Carneiro não era militante orgânica do Movimento Negro Unificado. Apesar disso, sua trajetória foi fortemente marcada por estar presente naquele primeiro ato e o Movimento foi muito importante para os caminhos teóricos que ela seguiu, além da expansão da compreensão política da autora. O amadurecimento político a leva a perceber o forte machismo no interior do movimento negro. A esta altura, ela “já era suficientemente feminista para perceber o sexismo que pairava por ali. Percepções e incômodos que ainda não estavam formulados” (p. 99). As mulheres começaram a perceber que elas estavam contraditoriamente excluídas dentro do próprio movimento que deveria acolhê-las.

Em sua vida pessoal, em 11 de maio de 1980, chegou Luanda, sua prenda mais aguardada, ao mesmo tempo em que chegava ao fim o casamento com Maurice. Pulsante, Sueli mergulhou de vez na eferescência do movimento feminista e do movimento negro (p.104).

A parte três do livro, intitulada “Disputa”, é dedicada ao amadurecimento político e teórico de Sueli Carneiro. Na década de 1980, surgiram outros coletivos autônomos, que pensavam questões particulares relativas à existência negra feminina, e sentiam cada vez mais a necessidade de autonomia enquanto coletivo de mulheres negras, pois o movimento negro continuava a reproduzir práticas e discursos sexistas. Mas as mulheres negras percebiam também que o movimento feminista não se atentava para a questão racial, reproduzindo e/ou naturalizando práticas racistas. A “nova onda” do feminismo no Brasil impulsionou novas discussões que abrangeram as vivências e os direitos das mulheres, mas não acolheu as mulheres negras e tampouco considerou suas pautas mais específicas (Carneiro, 2019).

A militância de Sueli Carneiro desabrochou neste campo que envolve as questões da mulher negra. Neste sentido, ela é considerada “um patrimônio histórico, cultural e político que desbravou matas e caminhos para a propagação do pensamento feminista negro e a luta por marcos civilizatórios e humanitários” (Ribeiro, 2019, p. 05). Sua presença marcante no cenário político brasileiro deu a ela um papel de destaque na luta pela redemocratização do país, nos debates sobre racismo, nas discussões sobre mulheres negras e nos posteriores espaços de gestão voltados para as políticas públicas.

É um período de intensos debates e mobilizações. Nos últimos anos de Ditadura Militar, aos poucos foi se consolidando uma abertura política e, neste processo, os setores e entidades progressistas começaram a formular propostas governamentais. Embora uma parte das feministas defendesse que o movimento não deveria se envolver com o governo para preservar sua autonomia, outra parte caminhava na contramão deste princípio e apresentaram suas reivindicações a André Franco Montoro, candidato ao governo do estado de São Paulo. Eleito governador, Montoro nomeou em 12 de setembro de 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, o primeiro do país (p. 127).

Criado sem a participação das mulheres negras, o Conselho causou uma revolta pública de importantes expoentes deste segmento, como a radialista negra Marta Arruda. Esta, “muito ouvida à época, fez uma campanha na imprensa. Não diretamente contra o governo, mas convocando mulheres negras à insurgência” (p. 127). O barulho foi tanto que se tornou impossível ignorá-lo. Mulheres negras que, até então não estavam acompanhando a discussão em torno da criação do Conselho, se viram intimadas pela radialista. Solicitaram uma audiência com o Conselho e receberam a explicação de que não havia discriminação no órgão estadual: “a ausência de mulheres negras era fruto da falta de organização delas próprias” (p. 128). Após esta reunião, Sueli Carneiro e outras militantes fundaram o Coletivo de Mulheres Negras, em 06 de outubro de 1983, esvaziando o argumento de que não eram organizadas. Reivindicaram uma representação imediata no Conselho. A tensão racial estava instalada no órgão governamental.

Em sua biografia, Thereza Santos (2008), a primeira a representar as mulheres negras no Conselho, descreveu o quanto foi difícil lidar com os boicotes e constrangimentos impostos pelas conselheiras brancas, que não disfarçavam a discriminação e o racismo.

Em uma reunião começaram a discutir a questão de controle de natalidade, me inscrevi para falar e uma conselheira da diretoria falou baixo para a conselheira a seu lado: ‘vamos encerrar esta questão porque já vem a outra com problema de mulher negra’. Respondi: ‘Meu nome não é outra, é Thereza Santos, e vou levantar, sim, o problema da mulher negra nesta questão. Porque quando vocês falam em controle de natalidade é sempre a partir dos pobres e nós somos a maioria deles; se

vocês não sabem, temos inúmeras mulheres negras com sequelas dos controles desenvolvidos por esta sociedade voltados para os pobres, ou seja, nós'. Falei sobre a realidade de úteros que ficaram secos, de mulheres que tiveram a saúde destruída e deixei em claro que se não era um problema delas, era nosso. E que não ia admitir qualquer proposta que não fosse levada à discussão para grupos de mulheres negras (Santos, 2008, p. 91).

Uma grande conquista para as mulheres negras naquele período foi o volume, batalhado por Thereza Santos e escrito por Sueli Carneiro, *Mulher negra: política governamental e a mulher*, que compôs a coleção *Década da Mulher (1975-1985)*, organizada pela editora Nobel e o Conselho. Foi “o primeiro estudo no país a desagregar os indicadores sociais de gênero, raça e classe, isto é, botar no papel os números das desigualdades entre mulheres brancas e negras no Brasil” (p. 131). O livro, publicado em 1985, demonstrava a “necessidade de um viés racial em qualquer política que viesse a ser proposta, além da estruturação de políticas específicas para as mulheres negras. A política feminista começava a ser enegrecida” (p. 133).

Sueli Carneiro foi eleita conselheira em 1986 e criou a Comissão para Assuntos da Mulher Negra, enegrecendo cada vez mais o órgão e as pautas discutidas por profissionais negras para atuarem em diversas áreas, como: “saúde da mulher, planejamento familiar, educação, trabalho, violência, creche” (p. 133).

Apesar de sua participação bastante ativa em diversos espaços e organizações políticas negras e feministas; e embora houvesse um grande esforço para se juntar às feministas, o protagonismo negro não tinha espaço: “A agenda do feminismo desconsiderava a luta antirracista, mais que isso, as relações raciais eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras” (Gonçalves, 2018, p. 15). Consolidava-se doravante a ideia, com forte participação de Sueli carneiro, de uma organização autônoma das mulheres, materializada no I Encontro Nacional de Mulheres Negras<sup>2</sup>, onde, finalmente, estas saíram da invisibilidade.

Na quarta e última parte de *Continuo Preta*, que recebeu o título de “Centralidade”, são destacados os avanços alcançados pelos movimento negro, movimento feminista e movimento de mulheres negras. Foram e são muitas frentes de luta que começaram a colher resultados. Neste processo, merece destaque a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul – considerada “um ponto de inflexão nas formas de entender como o racismo historicamente tem operado no mundo” (Bairros, 2002, p. 169). Esta Conferência ficou marcada por ser o local “onde o racismo pôde emergir na

---

<sup>2</sup> Ocorrido na cidade de Valença-RJ, entre os dias 01 e 04 de dezembro de 1988. Ver Gonçalves (2018).

sua dimensão global, enquanto construção histórica que vem influenciando o modo como a riqueza e o poder distribuem-se, tanto no interior das sociedades como entre as nações” (Bairros, 2002, p. 169). Neste processo, o estado brasileiro finalmente reconheceu, em 2001, que existe racismo no Brasil e assumiu o compromisso de seguir o Plano de Ação da Conferência de Durban, o que, por sua vez, impulsionou desdobramentos fundamentais, como as políticas de ações afirmativas, implementadas a partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A militância intelectual e política de Sueli Carneiro foram fundamentais nesse processo, sobretudo porque ela não cessou de dialogar com o restante do Brasil e com o mundo. A filósofa nos forneceu: 1) as fundamentais críticas ao *epistemicídio*, isto é, um conjunto de práticas que negam as formas de existência de pessoas negras, que expropriam e reduzem este contingente populacional a sujeitos desprovidos de conhecimentos e saberes (Carneiro, 2005); 2) as formulações sobre o *matriarcado da miséria*, quando racismo, violência patriarcal e capitalismo produzem

sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (Carneiro, 2011, p. 127-128).

E devemos também a Sueli: 3) as proposições para *enegrecer o feminismo* para que as demandas do feminismo hegemônico abrangessem também as mulheres negras, com um cotidiano marcado pela precarização dos meios de vida (p. 252).

É difícil mensurar a grandeza das contribuições teóricas e políticas de Sueli Carneiro. Receber o bastão dessa minha ancestral significa me somar às novas gerações de ativistas vibrantes que compreenderam o legado de nossas mais velhas e, com os pés fincados na fortaleza que elas representam, será possível construir um amanhã livre de opressões e de exploração

## Referências

- BAIROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o Racismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 169-170, 2002.
- BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

- \_\_\_\_\_. Matriarcado na miséria. In: *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 127-130.
- \_\_\_\_\_. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. A batalha de Durban. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.
- GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Beatriz (org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*. São Paulo: EDUC, 2021, p. 73-86.
- \_\_\_\_\_. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 9-22, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. Apresentação. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerreira*. São Carlos: Edufscar, 2008.